

Terça, CMN discute conversão da dívida

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Três assuntos deverão dominar a pauta da reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional programada para o dia 17: o projeto de conversão de parte da dívida externa em capital de risco; o programa de saneamento financeiro dos bancos estaduais; e o esquema de liberação de uma parcela dos recolhimentos compulsórios sobre os depósitos a vista dos bancos para a concessão de financiamentos a longo prazo, de seis a sessenta meses. (Ver também página 31).

O governo tem pressa em resolver o problema dos bancos estaduais, em número de oito, que se encontram sob regime de intervenção federal. Desde fevereiro. O saneamento financeiro dessas instituições já custou ao Tesouro Cz\$ 250 bilhões, e com a OTN rodando a mais de 10% ao mês, tende a crescer rapidamente.

A proposta fechada com os secretários de Fazenda dos estados, cujos bancos estão sob regime de intervenção — Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Maranhão, Santa Catarina, Pará, Bahia e Ceará — é o ressarcimento dos Cz\$ 250 bilhões mediante a autorização para uma emissão especial de títulos estaduais (OTES) os quais seriam transferidos ao Tesouro da União.

Há, contudo, algumas questões a solucionar, como o problema do es-

touro na capacidade de endividamento dos estados. E as condições de resgate dos títulos estaduais a serem emitidos, especialmente em relação aos prazos. No primeiro caso, terá de haver uma deliberação do Senado no sentido de excluir essa emissão especial de OTE da capacidade de endividamento do Estado. Quanto às condições de resgate, os governadores estão exigindo prazos de dois anos ou mais, enquanto o Banco Central prefere seis meses.

No tocante ao esquema de estímulo aos financiamentos de longo prazo, a idéia que prevalece no Banco Central é a da destinação de uma parcela do compulsório sobre os depósitos a prazo, para atender aos financiamentos, comprometendo-se os bancos a fornecer duas parcelas. Assim, para um financiamento de 30, dez seriam de recursos do compulsório, que os bancos mantêm no Banco Central, a custo zero, e 20 seriam dinheiro dos próprios bancos.

Na visão das autoridades da área econômica, as taxas de juros para esses financiamentos poderiam ser menores, tendo em vista que um terço dos recursos entra a custo zero. O interesse do governo em resolver rapidamente essa questão tem uma explicação: esses financiamentos poderiam ser tomados pelas empresas em dificuldades financeiras, dispensando-se operações especiais como a que recentemente beneficiou a Transbrasil.